



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0008736-08.2013.8.17.0000 (0312282-9)✓
IMPETRANTE: Wadson Carlos Albuquerque Santos (OAB/PE nº 16.639)
PACIENTE: José Cleiton Silva Oliveira
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Drª Sineide Mª de B. Silva Canuto (convocada)

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. CONVERSÃO EM PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ILEGALIDADE DA PRISÃO CAUTELAR. NÃO EVIDENCIADA. DECRETO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ACUSADO QUE TENTOU APAGAR EVIDÊNCIAS RELACIONADAS AO DELITO. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PROVISÓRIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE. *MODUS OPERANDI*. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. RÉU DEVIDAMENTE CITADO PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. FEITO REGULAR. AUSÊNCIA DE DESÍDIA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO JÁ DESIGNADA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A alegada fragilidade probatória acerca da autoria delitiva é questão que não pode ser dirimida em sede de *habeas corpus*, por demandar uma análise circunstanciada das provas carreadas aos autos e das que serão colhidas no curso da instrução criminal, providência incompatível com o rito célere e sumário do presente remédio constitucional. Lado outro, o requisito exigido pelo art. 312 do Código de Processo Penal – existência de indício suficiente de autoria - para que esteja autorizada a prisão preventiva não é sinônimo de comprovação cabal da participação do agente no crime. Ao contrário, o que referida norma exige é a existência de lastro superficial mínimo vinculando o agente ao delito, o que se verifica na hipótese;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0008736-08.2013.8.17.0000 (0312282-9)✓

IMPETRANTE: Wadson Carlos Albuquerque Santos (OAB/PE nº 16.639)

PACIENTE: José Cleiton Silva Oliveira

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Drª Sineide Mª de B. Silva Canuto (convocada)

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. CONVERSÃO EM PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ILEGALIDADE DA PRISÃO CAUTELAR. NÃO EVIDENCIADA. DECRETO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ACUSADO QUE TENTOU APAGAR EVIDÊNCIAS RELACIONADAS AO DELITO. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PROVISÓRIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE. *MODUS OPERANDI*. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. RÉU DEVIDAMENTE CITADO PARA APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. FEITO REGULAR. AUSÊNCIA DE DESÍDIA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO JÁ DESIGNADA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A alegada fragilidade probatória acerca da autoria delitiva é questão que não pode ser dirimida em sede de *habeas corpus*, por demandar uma análise circunstanciada das provas carreadas aos autos e das que serão colhidas no curso da instrução criminal, providência incompatível com o rito célere e sumário do presente remédio constitucional. Lado outro, o requisito exigido pelo art. 312 do Código de Processo Penal – existência de indício suficiente de autoria - para que esteja autorizada a prisão preventiva não é sinônimo de comprovação cabal da participação do agente no crime. Ao contrário, o que referida norma exige é a existência de lastro superficial mínimo vinculando o agente ao delito, o que se verifica na hipótese;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

2. Prisão preventiva devidamente fundamentada na garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, haja vista a periculosidade do paciente, revelada pelo *modus operandi* empregado na prática delituosa e as tentativas do mesmo em apagar as evidências do delito;
3. Considerando que inexistente nos autos qualquer ato judicial que tenha restringido o direito constitucional do acusado à ampla defesa e que lhe foi devidamente oportunizada a apresentação de resposta à acusação, não há que se falar em cerceamento de defesa;
4. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal quando o excesso de prazo for motivado pelo descaso injustificado do juízo, o que não ocorreu *in casu*, porquanto o feito, devidamente impulsionado, encontra-se com trâmite regular, estando, inclusive, com audiência de instrução e julgamento designada para data próxima;
5. Ordem denegada. Decisão unânime. /

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0008736-08.2013.8.17.0000 (0312282-9), em que figura como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de setembro de 2013, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 18 de setembro de 2013.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0008736-08.2013.8.17.0000 (0312282-9)

IMPETRANTE: Wadson Carlos Albuquerque Santos (OAB/PE nº 16.639)

PACIENTE: José Cleiton Silva Oliveira

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Drª Sineide Mª de B. Silva Canuto (convocada)

RELATÓRIO

O advogado Wadson Carlos Albuquerque Santos impetrou o presente *habeas corpus liberatório*, com pedido de concessão de medida liminar, em favor de **José Cleiton Silva Oliveira**, apontando como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da Primeira Vara da Comarca de Araripina/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 0000452-60.2013.8.17.0210.

Segundo a inicial (fls. 02/07), o paciente encontra-se recolhido na Cadeia Pública de Araripina desde o dia 28/03/2013, sob a acusação de ter assassinado, neste mesmo dia, José Otávio de Souza Santos, tipo penal previsto no artigo 121, § 2º, incisos II, III e IV, do Código Penal.

O impetrante afirma que há violação à liberdade de locomoção do paciente, uma vez que sua prisão cautelar está cercada de nulidades materiais e formais.

De início, insurge-se contra a prisão preventiva do paciente, alegando que não existem indícios probatórios da autoria delitiva, assim como também inexistem motivos que lhe deem sustentação.

Alega, ainda, que houve cerceamento do direito de defesa do paciente, pois o Magistrado singular admitiu resposta à acusação lacônica, vilipendiando, assim, direito indisponível do paciente.

Por fim, aduz que há excesso de prazo na prisão do paciente, pois, decorridos mais de 130 (cento e trinta) dias da sua efetivação, ainda não foi realizada a audiência de Instrução e julgamento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Com esses argumentos, pede, liminarmente, a concessão da ordem de *habeas corpus*, com a expedição do competente alvará de soltura.

No mérito, pugna pela definitiva concessão da ordem, determinando-se a revogação da prisão preventiva.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 08/248.

Através da decisão interlocutória de fls. 255/257 foi indeferido o pleito liminar e solicitadas informações ao Juízo apontado coator, que as prestou por meio do ofício de f. 266, acompanhado de cópia dos documentos processuais de fls. 267/280.

Em seguida, mediante despacho de f. 282, os autos foram com vista à douta Procuradoria de Justiça, a qual, em parecer da lavra da Dr^a Sineide Maria de Barros Silva Canuto, opinou pela denegação da ordem (fls. 286/289).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores,

Conforme o exposto, o presente *mandamus* tem por objetivo sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual pretende a revogação de sua prisão preventiva.

Consoante inicial acusatória (fls. 277/278), consta do caderno investigativo que no dia 28 de março de 2013, por volta das 03h00min, na Rua Manoel Neri, Distrito de Moraes, Município de Araripina/PE, **José Cleiton Silva Oliveira** (ora paciente), também conhecido como “Dedé de Luísa”, em comunhão de ações e desígnios com terceiros ainda investigados, e com intenso *animus necandi*, mediante socos, chutes e pedradas provocou na vítima, José Otávio de Souza Santos, lesões que o levaram à morte, consoante perícia tanatoscópica de fls. 220/229.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Consta, também, que os coautores do homicídio, dentre eles o paciente, já haviam tido desavenças com a vítima em razão de bebedeiras e que na noite de 27/03/2013 todos os envolvidos se encontravam no “Clube Geraldão”, localizado no distrito de Moraes.

Acerca do *modus operandi*, infere-se da denúncia que (f. 277):

“(…), já de madrugada, a vítima deixou o local, em avançado estado de embriaguez alcoólica. Aproveitando-se de tal situação, o indiciado e os demais autores do delito o seguiram, interceptaram-no e passaram a agredi-lo, **de forma cruel e covardemente, com socos, chutes e pedradas, causando severas lesões que resultaram na morte de José Otávio, antes de receber qualquer socorro.** Após tomarem conhecimento do crime, policiais militares tiveram êxito na realização de diligências, na medida em que conseguiram identificar o imputado como um dos autores e prendê-lo em flagrante”.

Nas informações de f. 266 o Magistrado singular noticia que a ação penal tramita regularmente, encontrando-se com denúncia recebida e audiência de instrução e julgamento devidamente designada para o dia 04/10/2013.

Esclarece, ainda, Sua Excelência, que o paciente encontra-se segregado em virtude de decreto de prisão preventiva fundamentado na conveniência da instrução criminal.

Pois bem.

Destaque-se, no primeiro momento, que a alegada fragilidade probatória acerca da autoria delitiva é questão que não pode ser dirimida em sede de *habeas corpus*, por demandar uma análise circunstanciada das provas carreadas aos autos e das que serão colhidas no curso da instrução criminal, providência incompatível com o rito célere e sumário do presente remédio constitucional.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Nesse sentido, é a orientação firmada no Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual: *“A análise da tese concernente à negativa de autoria e à ausência de prova da materialidade delitiva, no caso, depende do reexame da matéria fático-probatória, imprópria na via do habeas corpus, remédio de rito célere e de cognição sumária. Precedentes. (HC 179.223/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20/08/2013, DJe 27/08/2013).*

Lado outro, o requisito exigido pelo art. 312 do Código de Processo Penal – existência de indício suficiente de autoria - para que esteja autorizada a prisão preventiva não é sinônimo de comprovação cabal da participação do agente no crime. Ao contrário, o que referida norma exige é a existência de *“lastro superficial mínimo vinculando o agente ao delito”*¹.

Na hipótese, diferente do que consta nas razões do presente *mandamus*, os indícios de autoria, necessários à decretação da prisão preventiva, restam evidenciados a partir dos depoimentos colhidos em sede policial que constam do Auto de Prisão em Flagrante Delito (fls. 12/16), mais precisamente a partir das declarações prestadas pela testemunha Cátia Rafaela de Alencar que acompanhava o paciente no momento em que o crime foi cometido.

Vejamos (fls. 14v/15):

“(…) QUE, por volta das 19h00 de ontem, se dirigiu ao Clube Geraldão, localizado no Distrito de Moraes, município de Araripina, acompanhada do namorado JOSÉ CLEITON SILVA OLIVEIRA, vulgo DEDÉ (...).
(…); QUE já por volta das 03h00 da manhã, seguia para casa com DEDÉ, momento em que o DEDÉ encontrou-se com o NEGO OTÁVIO, que ia logo à frente, visivelmente embriagado, então o DEDÉ aproveitando-se do estado de embriaguez em que ele se encontrava, passou a agredi-lo fisicamente, dando-lhe murros e chutes, momento em que a depoente falou: “PELO AMOR DE DEUS, FAÇA ISSO NÃO! FAÇA ISSO NÃO!”, e também

¹ TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. *Curso de Direito Processual Penal*. 7. ed. Revista, Ampliada e Atualizada. Salvador: Editora JusPodivm, 2012. p. 580.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

pediu por outros santos, para que o DEDÉ não continuasse a agredir NEGÓ OTÁVIO, e, que também gritou pelos vizinhos daquela rua, colocando as mãos na cabeça, esperando que alguém evitasse aquela tragédia, porém, ninguém apareceu para socorrer NEGÓ OTÁVIO, e o DEDÉ continuou a agredi-lo, e, finalmente, fazendo uso de uma pedra, o DEDÉ desferiu golpes contra a cabeça do NEGÓ OTÁVIO, ceifando-lhe a vida; (destaques acrescidos)

Nesse contexto, provada a materialidade delitiva, consoante laudo tanatoscópico de fls. 220/229, e havendo nos autos fortes indícios de autoria em desfavor do paciente, a Juíza substituta no plantão judicial, a partir de critérios e cognição sumária dos elementos disponíveis, converteu sua prisão em flagrante delito em preventiva para a conveniência da instrução criminal, hipótese autorizadora constante do artigo 312 do CPP, sob as seguintes razões (fls. 20/20v):

“(…). A conveniência da instrução criminal está relacionada à necessidade de que a instrução desenvolva-se de forma proba, sem abalos. Assim, se o Réu faz investidas contra provas, buscando apagar evidências, deve ser preso preventivamente. O autuado tentou lavar a camisa que estava usando durante o crime, além disso, tentou fugir no momento em que foi abordado pelos policiais militares”. (destaquei)

De fato, como bem salientou a Magistrada *a quo*, as tentativas do paciente em apagar as possíveis evidências do crime de homicídio a si imputado, bem como a tentativa de fuga do mesmo na ocasião em que foi abordado pelos policiais que o prenderam em flagrante delito, revelam que a sua liberdade comprometeria sobremaneira a livre produção do material probatório.

Além disso, reforçam tais justificativas a suposta ameaça proferida pelo paciente contra a testemunha Cátia Rafaela – “Kaká” (namorada do paciente à época dos fatos), como consta nas declarações de fls. 14v/15, o que demanda a segregação do mesmo com o fim de evitar algum tipo de intimidação sobre essa e as demais testemunhas.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Posteriormente, diante do pleito de revogação da prisão cautelar formulado pela defesa do paciente, após opinativo do *Parquet* pelo indeferimento do pedido (fls. 63/64), o Magistrado singular manteve a medida constritiva por entendê-la necessária não só para a conveniência da instrução criminal, mas, sobretudo, para a garantia da ordem pública, haja vista a periculosidade do paciente evidenciada pelo *modus operandi* utilizado na empreitada criminoso, porquanto, conforme narra a denúncia (fls. 277/278), aproveitando-se do estado de embriaguez da vítima, em comunhão de desígnios com terceiros ainda investigados, mediante socos, chutes e pedradas, provocou na mesma lesões que a levaram à morte antes de qualquer socorro.

Percebe-se, portanto, que as decisões de fls. 20/20v e 63/64, além de se complementarem, demonstram, de forma suficiente e inequívoca, a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, haja vista a periculosidade do paciente revelada pelos elementos concretos constantes dos autos.

Quanto ao alegado cerceamento de defesa suportado pelo paciente, não se depreende dos autos qualquer ato judicial que tenha restringido o seu direito constitucional à ampla defesa, pelo contrário, verifica-se que o juízo processante, em observância ao que preceitua o artigo 396 do Código de Processo Penal², após o oferecimento da peça acusatória, entendendo não haver motivos para a sua rejeição liminar, determinou a citação do acusado para apresentar resposta à acusação.

Ora, se o Advogado constituído pelo paciente à época optou por responder à acusação de forma simples, deixando para apresentar defesa mais ampla por ocasião de suas alegações finais, como dito às fls. 193/194, não há que se falar em nulidade por cerceamento de defesa, porquanto não caberia ao Magistrado exigir razões exaustivas, mas tão somente oportunizar a apresentação dessas alegações preliminares como foi feito *in casu*.

A propósito, cite-se o posicionamento Ministerial (f. 289):

² Art. 396 do CPP - Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebé-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. (...)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

“(...) o sintetismo da resposta à acusação de fls. 193/194 não representa sequer ameaça à ampla defesa do Paciente. Trata-se, na verdade, de estratégia amplamente aplicada pela Defesa Técnica, que frequentemente deixa para estender os argumentos defensivos em momento processual posterior, conforme aduzido pelo próprio signatário da peça em comento, afirmando ao fim que *“deixará para apresentar defesa mais ampla por ocasião das alegações finais”*. (destaquei)

Por fim, no que pertine à tese do excesso de prazo na formação da culpa, da atenta leitura das informações prestadas pelo Magistrado de piso (f. 266), corroboradas pelo andamento processual constante do sítio eletrônico deste Tribunal de Justiça, constata-se que o lapso temporal da prisão cautelar do paciente não é suficiente a configurar o alegado constrangimento ilegal.

Isso porque a ação penal se desenvolve em consonância com o princípio da razoabilidade, não havendo como se falar em excesso de prazo na perspectiva de sua consideração global, ou seja, analisando-se o tempo da privação da liberdade juntamente com o andamento do procedimento como um todo, e não como fases dissociadas.

Além disso, Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal quando o excesso de prazo for motivado pelo descaso injustificado do juízo, o que não ocorreu no presente caso, porquanto o feito, devidamente impulsionado, encontra-se em regular marcha, uma vez que foi recebida denúncia, citado o paciente, apresentada resposta à acusação pela defesa, aguardando-se, tão somente a realização da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 04/10/2013.

Comungando do mesmo entendimento, manifestou-se a douta Procuradoria de Justiça (f. 287): *“(…), na medida do possível o processo vem tramitando de forma regular, inclusive já havendo sido designado o dia 04.10.2013 para a realização da audiência de instrução, não havendo que se falar em excesso de prazo (...)”*.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Com efeito, entende o STJ³:

EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. REGULAR ANDAMENTO DO FEITO. ILEGALIDADE AUSENTE.

1. Os prazos para a conclusão da instrução criminal não são peremptórios, podendo ser flexibilizados diante das peculiaridades do caso concreto, em atenção e dentro dos limites da razoabilidade.
2. Feito que tem tido regular e pronto andamento, não havendo notícias de desídia ou inércia na prestação jurisdicional, tampouco que esteja ocorrendo morosidade ou retardo na implementação dos atos processuais. (destaques acrescidos)
3. Habeas Corpus não conhecido.

Dessa forma, considerando que não há constrangimento ilegal a ser sanado, em face de todo o exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 18 de setembro de 2013.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator

³ HC 236.157/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 13/06/2013